

A praça no contexto da engenharia urbana - metodologia de avaliação

Bruno Luiz Domingos De Angelis^{1*} e Generoso De Angelis Neto²

¹Departamento de Agronomia, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá-Paraná, Brazil.

²Departamento de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá-Paraná, Brazil. *Author for correspondence.

RESUMO. O presente trabalho tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia que permita avaliar, quali-quantitativamente, o espaço público praça, a partir de dois enfoques: a praça enquanto estrutura física e a praça vista pela população local.

Palavras-chave: engenharia urbana, planejamento urbano, espaços públicos, praças.

ABSTRACT. **The square in the context of urban engineering-evaluation methodology.** The aim of this paper is to develop a methodology to evaluate qualitatively the square as a public space from two different points of view: as a physical structure and as seen by the local population.

Key words: urban engineering, city planning, public space, square.

Do romantismo à praticidade, conceitos e funções sobre as praças existem os mais diversos, porém, todos têm um ponto em comum: é o local da reunião, do encontro. As praças são locais nos quais o povo se reúne para fins comerciais, políticos, sociais ou religiosos, ou ainda, onde se desenvolvem atividades de entretenimento (Rigotti, 1956). Microcosmos da vida urbana, as praças oferecem excitação e descanso, comércio e cerimônias públicas, um lugar para encontrar amigos e ver o mundo passar (Webb, 1990). Ardoroso defensor da arte nas praças, Sitte (1992:25) escreve que nelas “[...] concentrava-se o movimento, tinham lugar as festas públicas, organizavam-se as exposições, empreendiam-se as cerimônias oficiais, anunciavam-se as leis, e se realizava todo tipo de eventos semelhantes”. Para Lamas (1993), a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações da vida urbana e comunitária e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas. Nó formal que melhor representa a qualidade do espaço urbano, a praça constitui, por si só, um sucesso a atestar os valores sociais alcançados pela comunidade, que soube dar o justo valor às funções institucionais na organização civil (Orlandi, 1994). Lugar fundamental da vida social, espaço de encontro, de trocas de palavras e mercadorias, a praça, segundo Casetti e Lietti (1995), é considerada,

desde sempre, como o âmbito da visibilidade, onde aparecer significa existir na qualidade de ator social. De forma bastante concisa, Spirn (1995) exprime bem o caráter das praças: lugares para ver e ser visto, para comprar e fazer negócios, para passear e fazer política. Finalizando, Zuliani (1995) entende a praça como o lugar privilegiado e tradicional de trocas, ponto de convergência de ruas e teatro de todas as forças sociais, eixo de cada movimento.

Histórico

*As praças são as mãos de uma cidade. Lugar de encontro, ou promessa de encontrar. Esta palavra - que provém do latim **platea**, e esta do grego **platýs** - resume o sentido da ágora e do fórum romano: o espaço do público, da reunião. (Llorca, 1997:3).*

No decorrer da História, a praça tem sido um espaço no qual fatos de maior relevância ocorreram. Na *ágora*, Sócrates fora colocado sob processo. No Fórum de Roma, nasceu o Império homônimo. A Praça de São Petersburgo foi o berço da Revolução Comunista na extinta União Soviética. Na Plaza de Mayo, Buenos Aires, surgiu e resiste o movimento de mães que buscam seus filhos desaparecidos durante o regime militar. A Praça de Tiananmen - ou T'ien-Na-Men -, (Praça da Paz Celestial), em Pequim, é símbolo e testemunha da agonia e morte

dos que buscavam democracia e liberdade na primavera de 1989.

A sociedade, em constante mutação, tem conferido feições diversas às praças ao longo do tempo. Assim o é desde a *ágora*, onde, segundo Saldanha (1993), mais do que praça de mercado ela era o espaço central e vital, tornado historicamente símbolo da presença do povo na atividade política. Os gregos diziam que havia povos com *ágora* e povos sem *ágora*, uns com liberdade e outros sem liberdade. Centro dinâmico da cidade grega, a *ágora* é a antecessora remota de nossas praças. Em sua origem, era o local de reunião dos cidadãos; espaço aberto, foco da composição urbanística onde se fazia uso da palavra, falava-se de política e se formavam as correntes de opinião. Nela se fazia presente o cidadão comum que fazia valer seu direito de expressar seu pensamento. Para Munford (1982), a função social do espaço aberto persistiu nos países latinos - *plaza*, campo, *piazza*, *grand-place* - descendendo diretamente da *ágora*. Do símbolo de liberdade (a *ágora* ateniense era o lugar onde não só era possível fazer reuniões, mas também cada um podia dar sua própria opinião) ao símbolo do poder (o *fórum romano*, era local de comércio e de política popular), *fórum* e *ágora* traduzem a necessidade passada - perpetuada até hoje - de se ter um espaço no qual fosse possível reunir-se, comercializar, debater idéias, assistir a jogos e representações, ou simplesmente, ocupar a ociosidade do tempo. Antes de tudo, eram espaços públicos onde os homens exerciam sua cidadania. Se *fórum* romano e *ágora* representam o grau de politização de seus respectivos povos, vamos encontrar nas praças medievais um caráter mais diverso, ou mesmo lúdico, assumindo feições de local de espetáculo e de comércio. De acordo com Benevolo (1993), as praças do mundo islâmico eram espaços abertos, e o centro comercial - o bazar - não é uma praça, tratando-se de um conjunto de ruas com essa função específica. Ainda sobre as cidades do mundo islâmico, Burke (1997) diz que, em geral, não havia praças antes do século XIX, apesar de apresentarem um grande espaço livre - *majdan* - no seu exterior próximo. As grandes cidades da China e do Japão antigos também não possuíam praças públicas. A célebre Tiananmen de Pequim é uma criação recente: o espaço em frente ao Portão da Paz Celestial foi aberto para a passagem de desfiles, antes de ser tomado por estudantes que se manifestavam contra o governo. *Plaza Mayor* e *Plaza de Armas* são “invenções” hispânicas. A primeira constitui-se no elemento central da *urbe*, assumindo diversas funções ao longo do tempo: mercado, torneios, touradas, jogos, representações teatrais e

prática da justiça. A praça das armas, de acordo com Rigotti (1956) e Velasco (1971), assume duas formas bastante distintas: aquela de verdadeira praça urbana, e aquela situada extramuros da *poli*, próxima aos alojamentos militares, onde se realizavam exercícios e artes de guerra. É a partir do Renascimento que a praça se insere em definitivo na estrutura urbana, sendo que aquelas estruturas - o largo do mercado, o adro fronteiriço à igreja e outros espaços vazios - existentes na cidade medieval não são ainda verdadeiras praças. Para Matas Colom *et al.* (1983), nesse período histórico, a praça converte-se em um dos principais elementos urbanísticos para transformação e embelezamento das cidades. Ela é entendida como um recinto ou lugar especial e não apenas um vazio na estrutura urbana. Muito mais do que valor funcional, a praça adquire valor político-social, e também o máximo valor simbólico e artístico. A praça barroca é mais monumental que funcional; a esplanada central expulsa o mercado dando lugar aos jardins, árvores, bancos, pérgulas e outros ornamentos; os espaços abertos são valorizados pela arquitetura. A espetacularidade da arquitetura barroca nas praças vem ao encontro da preferência do século em que se situa, por toda forma de exterioridade, fausto e poder. Concorreu para tanto o fato de “[...] a segunda metade do século XVI ter sido um período de transição entre duas diferentes filosofias: aquela clássica do ‘finito’, e aquela barroca do ‘infinito’”. (Calcagno, 1983:107). O Renascimento e as correntes artísticas subseqüentes - Barroco, Rococó, Classicismo, Maneirismo, Néo-Classicismo - criaram praças que, comumente, primavam pelo refinamento da arte. Essas praças traduziam a ostentação de um rei, da nobreza, do clero. Era o lugar da espetacularização e cenário de poder. Tais praças, antecessoras do modernismo, tinham uma função endógena e estavam submetidas a um edifício (sagrado como a igreja; espaço cívico anexo a um edifício municipal; propriedade de um palácio) ou identificada com um uso específico (mercado). Por sua vez, Favole (1995) vê a *praça contemporânea* como um espaço que não tem uma função específica, nem depende de um edifício ou de um monumento. Sua finalidade é a de constituir-se em um lugar atrativo de encontro e reunião. Mas, constata-se que nos dias de hoje esse lugar cede vez a um espaço onde encontramos pessoas isoladas, solitárias; isso quando as encontramos. A corroborar o autor acima, Placanica (1995:55) afirma que a praça contemporânea é a antítese,

“[...] a negação de uma praça, visto que essa, nascida como lugar essencialíssimo de encontro - físico,

econômico, ideal, cultural - [...] foi reduzida a depósito de realidade embarçada, inanimada e inalterada; local de passagem absolutamente efêmero, no qual é impossível permanecer, e menos ainda reunir-se.”

A praça - sua concepção urbanística e seu projeto

O estudo da praça no presente trabalho, enquanto estrutura física, pressupõe três pontos de análise: (1) levantamento quantitativo dos equipamentos e estruturas; (2) avaliação qualitativa; (3) levantamento quantitativo da vegetação. A esses pontos soma-se uma pesquisa de opinião, a qual permite aferir o que pensa a população de determinado local (seja bairro, cidade ou outra escala) sobre sua(s) praça(s).

Não há uma “receita pronta” quando se fala em projetar praça. Isso se explica pelo fato de cada praça ter uma “identidade” própria, determinada por inúmeros fatores, dentre os quais citamos: criatividade; sua inserção na malha urbana; localização e distribuição; se praça temática ou não; característica da população lindeira a ela (ouvir a população!); características e aptidão do terreno; equipamentos e estruturas; características do entorno; disponibilidade de recursos financeiros; disponibilidade de recursos humanos.

Criatividade. Colocamos esse item como o primeiro de nossa lista por entendermos que criatividade é a mola que imprime um caráter diferenciado ao projeto de uma praça. É claro que não se constrói coisa alguma se não se tiver recursos financeiros. Por outro lado, muitas vezes com pouco dinheiro implanta-se interessantes espaços públicos. Praça não é, necessariamente, um logradouro onde se deva ter toda parafernália de equipamentos e/ou estruturas. Confunde-se o que seja um bom projeto de espaços públicos com a necessidade de se fazer obras grandiosas que destaque a ação política de um prefeito. Muitas vezes, uma praça com gramado bem cuidado, árvores e, quando muito, alguns bancos, satisfaz muito mais que uma outra que se entulhou de obras. É na criatividade do projetista que reside grande parte do sucesso de uma praça e seu uso continuado pela população. Criatividade se traduz por fugir dos lugares comuns: os desenhos clássicos; a praça entulhada por plantas; os caminhos sempre retilíneos; a proporcionalidade entre os elementos; a repetição dos motivos; a artificialidade; a falta de significância para os componentes do logradouro. Criatividade é resultado não só da emoção que se coloca naquilo que se faz, mas também do estar

atento (percepção) àquilo que as pessoas esperam do espaço a ser trabalhado.

A inserção da praça na malha urbana. Ao se projetar uma praça, deve-se ter uma visão macro da cidade de tal forma que o novo espaço esteja inserido nesse contexto, propiciando a continuidade de um sistema de espaços livres urbanos interligados - parques, praças, hortos, reservas florestais, e outros. Essa vinculação, se distribuída homogênea por toda *urbe*, permite a presença de verdadeiros “corredores verdes” que se complementam com a arborização de ruas. Não se pode conceber uma praça sem se considerar a existência das demais em um espaço razoável de distância. Não cabe aqui determinarmos um número, uma vez que os índices são contraditórios e dificultam mais o trabalho que auxiliam. Prevalece, nesse caso, o bom senso do projetista, seu conhecimento da cidade e sua criatividade.

Localização e distribuição. Quando se fala em distribuição de praças na malha urbana, devemos adotar um critério eminentemente técnico, qual seja, ela deve ser locada em um ponto onde o cidadão venha gastar o menor tempo possível para atingi-la em uma caminhada a pé. Em diversos trabalhos encontramos diferentes índices. Di Fidio (1990), além de referenciar as distâncias ideais, ainda propõe uma categorização, sendo que nos ateremos a apenas duas de nosso interesse: pequenos espaços públicos, tendo por referência a habitação, e situados a uma distância máxima de 400 m (5 a 10 minutos a pé), e que atenda, sobretudo, às crianças menores; espaços maiores, tendo por referência o quarteirão, a uma distância máxima de 800 m (10 minutos a pé), e que ofereça estrutura para uma clientela mais diversificada. Jantzen (1973), *apud* Nucci (1996), sugere que, se esses espaços forem destinados a crianças até 6 anos, devam estar situados a uma distância de até 100 m da habitação; de 6 a 10 anos, até 500 m; e, de 10 a 17 anos, até 1.000 m. DODI (1946) sistematiza da seguinte forma: em se tratando de espaço para crianças, a distância deve estar compreendida em um raio de 250 a 500 m; para jovens e adolescentes, entre 500 e 1.000 m; e, para adultos, numa faixa que vai de 1.000 a 3.000 m. Embora os índices possam apresentar certa discrepância, é oportuno salientar que, quanto mais próximo do local de moradia, tanto mais efetivo será o uso desses espaços, o que concorre para que a população cobre do poder público sua constante manutenção.

A praça temática. Ao se projetar uma praça temática, deve-se estar ciente que todo modismo é passageiro e, conseqüentemente, o logradouro pode acabar caindo no esquecimento e tornar-se mais um espaço público abandonado. A praça temática pode perfeitamente coexistir com outra. Não é necessário que para isso exista um espaço específico para ela. É claro que existem situações particulares que devem ser analisadas à luz daquela determinada situação.

Característica da população linceira a ela. Se, ao se projetar uma praça, os responsáveis pelo projeto pudessem fazer uma pequena enquete junto aos moradores com relação àquilo que eles gostariam de ver implantado na praça, certamente muitas das nossas praças estariam melhor preservadas. Isso se explica pelo simples fato de que, ao se ouvir os moradores e de alguma forma atendê-los em suas reivindicações, eles passam a sentir-se co-responsáveis pela preservação daquele espaço. No entanto, as coisas não acontecem assim... Projeta-se a praça sem sequer saber a que clientela ela irá atender. O resultado é o que todos conhecem: praças desvinculadas da realidade da população local, abandono e desinteresse pelo logradouro.

Características e aptidão do terreno. Observa-se que é praticamente consenso o fato de que as praças devam ser implantadas em áreas planas. É um erro grosseiro pensar assim, uma vez que terrenos em desníveis propiciam melhores condições para a criação de sub-espacos dentro de uma mesma área. O “efeito surpresa” é muito importante em uma praça, isto é, criar condições para que o logradouro não seja visualizado totalmente de um único ponto e de uma única vez. E a condição ideal para isso é justamente um terreno em desnível. Deve-se “respeitar” as condições físicas de um terreno, evitando-se o excessivo movimento de terra (cortes e aterros), pois isso encarece o projeto, podendo, inclusive, criar uma área que não se harmoniza com o seu entorno.

Equipamentos e estruturas. A presença de equipamentos e estruturas em uma praça deve ser proporcional a sua área e de acordo com aquilo que a população almeja (Creus, 1997). De nada vale a colocação, por exemplo, de fonte luminosa em bairro onde moram pessoas para as quais essa estrutura não tem maior significância e valor. A dotação de equipamentos deve ser pautada pelo bom senso, buscando sempre a harmonia do conjunto, e tendo com muita clareza o sentido daquele espaço para aquela área. É sabido que uma das funções

básicas da praça é a socialização e seu uso para fins de entretenimento e lazer. Assim, se nos pautarmos em nosso projeto de praça por uma visão voltada ao lazer, devemos, então, considerar seus cinco tipos mais importantes: lazer cultural, recreativo, esportivo, aquisitivo e contemplativo. Determinado o(s) tipo(s) de lazer com o qual se pretende trabalhar, fica mais fácil escolher os equipamentos e/ou instrumentos que comporão o espaço público. Entre tantos equipamentos que podem compor uma praça, dois merecem destaque, tendo em vista seu uso mais comum - luminárias e bancos. Luminárias constituem equipamentos que costumam se tornar problemáticos após um certo período de tempo, se se tratar do tipo super-poste (trevo). Esse tipo de luminária permite uma iluminação satisfatória até que as árvores não atinjam a fase adulta, fazendo com que, nessa fase, a copa das mesmas impeçam a passagem da luz. Isso leva, obrigatoriamente, ao rebaixamento do sistema, onerando ainda mais a manutenção de uma praça. Em função disso, o correto seria o dimensionamento de um sistema rebaixado já por ocasião do projeto de elaboração da praça.

Em se tratando de bancos, dois aspectos devem ser observados: a questão da ergonomia e sua disposição no espaço da praça. Como vivemos em um país de clima tropical, onde o sol faz-se presente durante todo o ano e de forma intensa, o ideal seria dispor o maior número deles sob as árvores, e um menor número fora da ação da copa das mesmas. Outro detalhe quanto a sua disposição diz respeito a não locá-los nos caminhos, mas sim recuados, de forma a não concorrer com o espaço de circulação. Quanto à ergonomia, devemos atentar para o fato de propiciarmos um mínimo de conforto, principalmente porque quem mais faz uso dos bancos são pessoas idosas.

Características do entorno. De acordo com De Chiara (1982), uma praça não é um elemento aleatório no conjunto da cidade, mas algo que compõe e interage com todos os outros espaços públicos e as demais edificações, formando um *continuum*. Desconsiderar o espaço que circunda a praça, as construções e vias é “meio caminho andado” para que esse espaço seja um fracasso certo. Imagine-se, por exemplo, querer desenvolver o projeto de uma praça que privilegie o lazer contemplativo em uma área de intenso tráfego!? Pode parecer algo de difícil ocorrência, porém ocorre com maior frequência do que se pode imaginar. É comum os “projetistas de prancheta” elaborarem seus projetos de praças sem sequer irem ao local onde ela será implantada. Comumente usa-se um arquétipo de

praças padronizadas, como se fosse possível sua produção seriada. Isso configura uma aberração em termos de criatividade, denota descaso para com os usuários e desconhecimento total da ciência urbanística. Planejar uma praça pressupõe a criação de um ambiente que se coadune com seu entorno e que dê maior satisfação a quem dela fará uso.

Disponibilidade de recursos financeiros. É comum encontrarmos a maioria das praças brasileiras ou em estado de abandono ou desprovidas de qualquer estrutura. E o principal argumento que o poder público usa é o mesmo de sempre: a falta de recursos financeiros. Observamos que muitas cidades adotaram, e com sucesso, uma parceria junto com empresas no intuito de implantar e manter determinada praça. O sucesso de tal empreita depende de uma conscientização prévia que se deve fazer com as empresas, uma vez que, passada a euforia da implantação, do momento político e da divulgação nos meios de comunicação, os ânimos arrefecem e a praça fica abandonada. Ao mesmo tempo em que promovem uma ação de *marketing* simpática e politicamente correta, as empresas cumprem um papel que o poder público deixa de lado. Outra opção é uma co-gestão com os moradores ou comércio que se localizem no entorno ou próximo da praça. Essas pessoas se cotizariam e manteriam a conservação da praça. Salientamos aqui, novamente, a importância de um trabalho intensivo de conscientização.

Mas qual é o custo de implantação e manutenção de uma praça? Vamos citar alguns exemplos de custos de implantação/manutenção de praças para a cidade de São Paulo. Os dados apresentados a seguir foram divulgados pela Prefeitura Municipal de São Paulo em agosto de 1999 (Prefeitura Municipal de São Paulo, 1999).

- Com uma contribuição de R\$ 13,00 (treze reais) a cada bimestre, as pessoas que moram ao redor da Praça Mário Fontana, na Moóca, pagam sua manutenção e jardinagem.
- Com R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais, a padaria Barcelona contribui para a manutenção da Praça Vilaboim.
- Cerca de R\$ 5 mil (cinco mil reais) é o quanto uma empresa gasta mensalmente para conservar uma área maior, com praças e fontes.
- Uma verba em torno de R\$ 70 mil (setenta mil reais) paga o projeto de reurbanização e paisagismo de uma praça de pequeno porte.
- Restaurar e remodelar uma área maior, como o Anhangabaú, custa cerca de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais).

Esses custos são específicos e referentes a uma cidade de grande porte como São Paulo, o que não pode ser generalizado para todas as outras. Cada cidade tem particularidades próprias, o que enseja custos diferentes.

Disponibilidade de recursos humanos. Sem a menor sombra de dúvida esse é o ponto mais importante e que, além de determinar o sucesso ou fracasso do projeto de uma praça (ou de qualquer outro espaço público), acaba por tornar vulnerável o trabalho de profissionais que, efetivamente, se dedicam ao estudo da Arquitetura da Paisagem. Planejar e implantar uma praça pressupõe conhecimentos mínimos de botânica, edafologia, arquitetura, urbanismo, entre outros. Muito comum é encontrarmos pessoas sem a menor qualificação profissional implantando praças sem sequer elaborarem um projeto. Muito mais sério é a determinação das espécies vegetais utilizadas, escolhidas sem critério, ao sabor do gosto pessoal por quem, sem conhecimento de causa, imagina estar implantando um jardim em sua casa...

Material e métodos

Sendo objetivo do presente trabalho desenvolver uma metodologia de avaliação de praças, optou-se pela elaboração de formulários que permitissem a coleta de dados e, após análise dos mesmos, proceder a um diagnóstico desses espaços públicos. Desenvolvemos três formulários diferenciados, os quais permitem: (a) levantar quantitativamente os equipamentos e estruturas das praças - formulário 1; (b) avaliar qualitativamente esses espaços públicos - formulário 2; e, (c) ouvir a opinião da população local sobre o que pensam a respeito de suas praças - formulário 3. De posse desses dados, é possível ter um quadro da real situação das praças, o que permite avaliá-las e proceder a um (re)planejamento para revitalização desses logradouros públicos, em consonância com o potencial de cada área e das necessidades da população lindeira a ela; e, (re)definir políticas públicas para a gestão dessas áreas. O levantamento da vegetação junto às praças é de fundamental importância, o que deve ser feito mediante a contagem das espécies arbóreas e de palmáceas, sendo que as arbustivas e herbáceas devem ter a área que ocupam medida. Os diferentes grupos vegetais devem ser classificados quanto a sua família, gênero e espécie.

O formulário 1, como o próprio nome sugere (levantamento quantitativo dos equipamentos e estruturas existentes), propõe levantar a existência ou não de equipamentos e estruturas - em número de

vinte e dois -, quantificá-los e, em dois casos específicos - caminhos e bancos - determinar o material com o qual são confeccionados. Outra informação levantada é a forma geométrica da praça. A escolha das estruturas e equipamentos que compõem o presente levou em consideração o que de mais comum se encontra nas diversas praças.

O formulário 2 - avaliação qualitativa - objetiva, sobretudo, avaliar o estado de conservação das estruturas e equipamentos ocorrentes nas praças. Da mesma forma que no formulário anterior, optou-se por avaliar quesitos de ocorrência mais comum, totalizando, no presente caso, vinte e sete itens. Cada um dos vinte e sete itens presentes deve ser avaliado por conceitos - péssimo, ruim, regular, bom e ótimo -, aos quais correspondem notas que variam numa escala de 0,0 (zero) a 4,0 (quatro), conforme explicitado a seguir: 0 —| 0,5 ↔ péssimo; 0,5 —| 1,5 ↔ ruim; 1,5 —| 2,5 ↔ regular; 2,5 —| 3,5 ↔ bom; 3,5 —| 4,0 ↔ ótimo. No intuito de se evitar que um mesmo equipamento ou estrutura sofra diferente avaliação em diferentes praças, devem-se estabelecer parâmetros fixos de avaliação. Dependendo do elemento em foco, avaliam-se: condições de conservação, disponibilidade para uso, qualidade do material utilizado, manutenção, conforto, funcionalidade, entre outros.

O formulário 3 - enquête de opinião - foi desenvolvido objetivando traçar o perfil socio-econômico dos usuários das praças, as atividades que desenvolvem (ou gostariam de) durante o período de permanência e o que pensam sobre a(s) praça(s) que frequentam.

Na seqüência, apresenta-se os três formulários anteriormente descritos.

NOME DA PRAÇA: _____
 LOCALIZAÇÃO: _____
 FORMA GEOMÉTRICA: _____
 ÁREA: _____ m²
 DATA DA AVALIAÇÃO: ____/____/____

EQUIPAMENTOS/ESTRUTURAS	SIM	NÃO
01. Bancos - (quantidade:) material:)		
02. Iluminação: alta() - baixa()		
03. Lixeiras - (quantidade:)		
04. Sanitários - (quantidade:)		
05. Telefone público - (quantidade:)		
06. Bebedouros - (quantidade:)		
07. Caminhos - (material:)		
08. Palco/coreto		
09. Monumento() - estátua() - busto()		
10. Espelho d'água/chafariz		
11. Estacionamento (n° de vagas:)		
12. Ponto de ônibus		
13. Ponto de táxi		
14. Quadra esportiva - (quantidade:)		
15. Para prática de exercícios físicos		
16. Para terceira idade		
17. Parque infantil		
18. Banca de revista		
19. Quiosque de alimentação e/ou similar		
20. Comunicação visual		
21. Edificação institucional		
22. Templo religioso		

Formulário 1. Levantamento quantitativo dos equipamentos e estruturas existentes

ITENS EM AVALIAÇÃO	NOTA	AUSÊNCIA
01. Bancos		
02. Iluminação alta		
03. Iluminação baixa		
04. Lixeiras		
05. Sanitários		
06. Telefone público		
07. Bebedouros		
08. Piso		
09. Traçado dos caminhos		
10. Palco/coreto		
11. Monumento		
12. Espelho d'água/chafariz		
13. Estacionamento		
14. Ponto de ônibus		
15. Ponto de táxi		
16. Quadra esportiva		
17. Equipamentos para exercícios físicos		
18. Estrutura para terceira idade		
19. Parque infantil		
20. Banca de revista		
21. Quiosque para alimentação e/ou similar		
22. Vegetação		
23. Paisagismo		
24. Localização		
25. Conservação/limpeza		
26. Segurança		
27. Conforto ambiental		

Formulário 2. Avaliação qualitativa

●1. IDADE ●SEXO: *M *F
 ●2. LOCAL DE RESIDÊNCIA
 ●3. NÍVEL DE INSTRUÇÃO:
 * 1º GRAU INCOMPLETO * 1º GRAU COMPLETO * OUTRO
 * 2º GRAU INCOMPLETO * 2º GRAU COMPLETO
 * 3º GRAU INCOMPLETO * 3º GRAU COMPLETO
 ●4. QUAL A RENDA FAMILIAR?
 ●5. QUAL SUA OCUPAÇÃO?
 * TRABALHADOR (ATIVIDADE) * DONA DE CASA
 * ESTUDANTE * DESEMPREGADO
 * APOSENTADO
 ●6. EM MÉDIA, QUANTAS HORAS VOCÊ TRABALHA POR SEMANA?
 ●7. EM MÉDIA, QUANTO TEMPO VOCÊ DEDICA AO LAZER?
 ●8. NOS SEUS DIAS DE FOLGA, NA MAIOR PARTE DAS VEZES, VOCÊ:
 * FICA EM CASA * SAI
 ●9. QUANDO VOCÊ FICA EM CASA NOS DIAS DE FOLGA, O QUE MAIS FAZ (ATÉ 3 OPÇÕES)?
 * VÊ TV * OUVE MÚSICA
 * JOGA (JOGOS DE SALÃO) * PRÁTICA ESPORTES
 * LÊ * DESCANSA APENAS
 * AFAZERES DOMÉSTICOS
 * ATIVIDADES LIGADAS AO TRABALHO OU ESTUDO
 * OUTROS
 ●10. QUAIS LUGARES (ATÉ 3) VOCÊ COSTUMA FREQUENTAR NOS SEUS DIAS DE FOLGA?
 * CAMPO * CASA DE PARENTES E/OU AMIGOS
 * CINEMA * CLUBE
 * PARQUE * PRAIA
 * PRAÇAS * SHOPPING
 * OUTROS
 ●11. VOCÊ FREQUENTA ALGUMA PRAÇA?
 * SIM - QUAL (OU QUAIS)?
 * NÃO - POR QUÊ?

SE A RESPOSTA À PERGUNTA ACIMA FOR NEGATIVA, PASSE DIRETAMENTE PARA A DE N.º 18.

●12. QUAL, OU QUAIS DIAS DA SEMANA VOCÊ VAI À PRAÇA?
 * DURANTE A SEMANA * SÁBADO * DOMINGO * FERIADOS
 ●13. EM QUE PERÍODO VOCÊ VAI COM MAIS FREQUÊNCIA À PRAÇA?
 * MANHÃ * TARDE * NOITE
 ●14. EM MÉDIA, QUAL É O SEU TEMPO DE PERMANÊNCIA NA PRAÇA?
 ●15. QUAL, OU QUAIS, OS MOTIVOS QUE O LEVAM A UMA PRAÇA?
 * TOMAR SOL * DESCANSAR
 * CAMINHAR * PRATICAR ESPORTES
 * LER * LEVAR CRIANÇA/FILHO PARA BRINCAR
 * OUTROS
 ●16. O QUE VOCÊ MAIS GOSTA E O QUE MENOS GOSTA NA(S) PRAÇA(S) QUE VOCÊ FREQUENTA?
 ●17. O QUE VOCÊ ACHA NECESSÁRIO MELHORAR NAS PRAÇAS QUE FREQUENTA?
 ●18. QUAL É SUA OPINIÃO SOBRE AS PRAÇAS DE SUA CIDADE?

Formulário 3. Enquete de opinião

Discussão

Quando pensamos em praças no Brasil, de pronto nos vem uma imagem que se fixa sempre com mais freqüência: um espaço pobre e abandonado. Quando não travestidas de estacionamentos ou cercadas por grades, as praças sucumbem sob o peso de um urbanismo selvagem,

onde prevalece a “mais valia” do capital em detrimento do lazer e do interesse coletivo. Nessa corrida desenfreada e inescrupulosa, rouba-se da população um espaço nobre. Essa, por sua vez, como que adormecida em “berço esplêndido”, a despeito de tudo quanto se criou e surgiu de alternativo para seu entretenimento, sequer protesta pelo espaço que se esvai. É a cumplicidade passiva da população que alimenta atitudes dos gestores públicos nessa ação pautada pela especulação e pelo descaso com a “coisa pública”. Por outro lado, temos ainda os projetos de construção, intervenção ou reabilitação dos espaços públicos que de um modo geral vêm-se constantemente envolvidos por polêmicas que somente agravam sua penúria renitente. Quase sempre ditames políticos tornam-se norteadores de concepções que, necessária e exclusivamente, deveriam ser técnicas, a partir de “leituras” sociológicas. Sobremaneira em nosso país, tal comportamento tem se tornado norma, resultando em espaços que não se coadunam com as reais necessidades dos seus usuários, muito menos se inserem na paisagem de forma harmônica. Se nos ativermos à questão das praças, constatamos a ausência de critério que vai da elaboração do projeto à sua implantação. Não se atenta para o potencial da área, anseios da população lindeira a ela, mobiliário mais adequado a cada caso, enfim, desenvolvem-se projetos-padrões e implantam-se praças seriadas, onde a criatividade não tem vez.

A população e a configuração urbana não têm como prescindir do espaço público que é a praça. Se nos grandes centros habitados, outras opções de lazer, ou mesmo outros logradouros públicos fazem-se presentes, é nas cidades interioranas e de menor porte que ela, a praça, revela toda a simbologia da centralidade e do espírito comunitário.

Foi da necessidade de resgatarmos e darmos à praça seu lugar de destaque na *urbe* que nos propusemos a desenvolver a presente metodologia de avaliação desses logradouros. Para tanto, mister se faz conhecê-la em suas minúcias e particularidades; entendê-la não somente como elemento estruturador das cidades ou local de passagem para pedestres. É preciso entrar no âmago da história particular de cada uma, pois cada qual é um microcosmo de vida diferenciado.

Considerações finais

O desenvolvimento de uma metodologia de avaliação de praças permite o planejamento continuado de uma política urbana para o setor. A aplicação dos três formulários enseja o acompanhamento e conhecimento de todo o

universo de uma praça, ou o conjunto delas. Além da avaliação quali-quantitativa, a praça é avaliada por quem, efetivamente, faz uso desse logradouro: a população. De posse dessas informações, o planejador urbano tem uma visão clara sobre a situação das praças na cidade, levando-o a elaborar os projetos de implantação e/ou manutenção em consonância com os anseios da comunidade.

Referências bibliográficas

- Benevolo, L. *História da cidade*. São Paulo: Retrospectiva, 1993.
- Burke, P. *As fortunas d'o cortesão: a recepção européia ao cortesão de Castiglione*. São Paulo: Unesp, 1997.
- Calcagno, A.M. *Architettura del paesaggio: evoluzione storica*. Bologna: Calderini, 1983.
- Casati, F.; Lietti, R. La piazza televisiva. In: Vitale, M.; Scafoglio, D. (orgs.). *La piazza nella storia: eventi, liturgie, rappresentazioni*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1995.
- Creus, M.Q. Espacios, muebles y elementos urbanos. In: Serra, J.M. *Elementos urbanos: mobiliário y microarquitectura*. 2.ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1997.
- De Chiara, J. *Urban planning and design criteria*. 3. ed. New York: Nostrand Reinhold, 1982.
- Di Fidio, M. *Architettura del paesaggio*. 3.ed. Milano: Pirola, 1990.
- Dodi, L. *Elementi di urbanistica*. Milano: Cesare Tamburini, 1946.
- Favole, P. *La plaza en la arquitectura contemporánea*. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.
- Lamas, J.M.R.G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.
- Llorca, V. *La plaza e lo poético*. Villanueva y Geltrú: [s.n.], 1997.
- Matas Colom, J.; Necochea Vergara, A.; Balbontín Vicuña, P. *Las plazas de Santiago*. Santiago: Universidad Católica de Chile, 1983.
- Mumford, L. *A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- Nucci, J.C. *Qualidade ambiental e adensamento: um estudo de planejamento da paisagem no distrito de Santa Cecília (MSP)*. São Paulo, 1996. (Doctoral Thesis in Geography) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- Orlandi, A. *Il paesaggio della città: spazi aperti, giardini, parchi e struttura urbana*. Roma: Gangemi, 1994.
- Placanica, A. La piazza come spazio fisico e come allusione sociale. In: Vitale, M.; Scafoglio, D. (orgs.). *La piazza nella storia: eventi, liturgie, rappresentazioni*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1995.
- Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria de Áreas Verdes. *Custos de implantação e manutenção de praças: associação com a iniciativa privada*. São Paulo, 1999. (paper).

- Rigotti, G. *Urbanística: la tecnica*. 2. ed. Torino: Editrice Torinese, 1956.
- Saldanha, N. *O jardim e a praça: o privado e o público na vida social e histórica*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- Sitte, C. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.
- Spirn, A.W. *O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade*. São Paulo: Edusp, 1995.
- Velasco, A. *Ciudad y espacios verdes*. Madrid: Servicio Central de Publicaciones/Ministerio de la Vivienda, 1971.
- Webb, M. *The city square*. London: Thames and Hudson, 1990.
- Zuliani, S. L'enigma della piazza. In: Vitale, M.; Scafoglio, D. (orgs.). *La piazza nella storia: eventi, liturgie, rappresentazioni*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1995.

Received on September 20, 1999.

Accepted on November 09, 1999.